



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Mira** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 20 de abril de 2022.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
 - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
 - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
 - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
 - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
 - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
 - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;



4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;

4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;

4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;

4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a)** Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
- b)** Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
- c)** Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
- d)** Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
- e)** Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- f)** Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
- g)** Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;



- h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
- i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- j) Outros testes considerados relevantes.

4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

- 5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.
- 6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
- 7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



I. Introdução

1. O Município de Mira, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 506 724 530.
2. A sede do Município está localizada na Praça da República, 3070-304 Mira.
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no decreto-lei nº competências e atribuições definidas no decreto-lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2021, o município contava com 208 trabalhadores, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	Raul José Rei Soares de Almeida
Vice – Presidente/Vereador	Artur Jorge Ribeiro Fresco
Vereador	Licínio de Jesus Palhavã
Vereadora	Madalena Isabel Colaço dos Santos
Vereador	João Pedro Caetano Cainé
Vereador	Tiago Daniel Castro da Cruz
Vereadora	Bruno José Milheirão Alcaide

6. Legislação específica:

- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.



II. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços e se espera que sejam usados num período superior a um ano económico;

São mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e os gastos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, como gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações. Porém, alguns bens imóveis foram mensurados pelo valor patrimonial tributário;

Um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo, acrescido pelas grandes reparações e deduzido pela depreciação acumulada e perda de imparidade acumulada, se aplicável;

A vida útil é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade física esperada, o desgaste físico esperado (programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo), a obsolescência técnica e comercial e os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo. A vida útil utilizada é a constante no Classificador Complementar 2;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Ativos intangíveis

Ativo intangível é um ativo não monetário, identificável, sem substância física e provável beneficiar do potencial de serviço num período superior a um ano;

É mensurado inicialmente pelo custo e subsequente é o seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada;



A vida útil é determinada tendo em conta o uso esperado do ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerido com eficiência por outra equipa de gestão; a obsolescência técnica, tecnológica e comercial; o período de controlo sobre o ativo e limites legais ou contratuais sobre o uso do ativo. A taxa média utilizada para os intangíveis é de 33,33%;

O bem é depreciado ao longo da sua vida útil e o método utilizado é o das quotas constantes;

Um bem é desreconhecido na data de alienação e quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.



III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2021, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

Ativo

Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	677 589,28	617 395,75	0,00	60 193,53	684 327,10	668 341,43	0,00	15 985,67
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	677 589,28	617 395,75	0,00	60 193,53	684 327,10	668 341,43	0,00	15 985,67

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									0,00
Projetos de desenvolvimento	60 193,53	97 742,57					50 945,68	91 004,75	15 985,67
Programas de computador e sistemas de informação									0,00
Propriedade industrial e intelectual									0,00
Outros									0,00
Ativos intangíveis em curso									0,00
TOTAL	60 193,53	97 742,57	0,00	0,00	0,00	0,00	50 945,68	91 004,75	15 985,67



Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	4 405 503,63	0,00		4 405 503,63	4 426 581,76	0,00	0,00	4 426 581,76
Edifícios e outras construções	2 231 165,79	1 311 607,43		919 558,36	2 251 067,41	1 391 566,14	0,00	859 501,27
Infraestruturas	18 520 083,12	10 112 545,61		8 407 537,51	21 080 949,24	11 104 036,66	0,00	9 976 912,58
Património histórico, artístico e cultural				0,00	18 550,00		0,00	18 550,00
Outros				0,00			0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	2 356 816,43	0,00		2 356 816,43	3 216 688,48		0,00	3 216 688,48
	27 513 568,97	11 424 153,04	0,00	16 089 415,93	30 993 836,89	12 495 602,80	0,00	18 498 234,09
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	75 928 244,80	0,00			75 324 908,23		0,00	75 324 908,23
Edifícios e outras construções	18 463 431,06	6 058 456,32		12 404 974,74	19 045 692,81	6 529 100,88	0,00	12 516 591,93
Equipamento básico	2 024 810,40	1 557 395,99		467 414,41	2 106 781,51	1 664 628,08	0,00	442 153,43
Equipamento de transporte	1 086 188,78	793 867,40		292 321,38	1 203 545,57	832 688,44	0,00	370 857,13
Equipamento administrativo	1 254 583,97	1 112 721,23		141 862,74	1 319 960,96	1 186 424,02	0,00	133 536,94
Equipamentos biológicos				0,00			0,00	0,00
Outros	441 416,81	401 257,56		40 159,25	458 976,05	411 753,31	0,00	47 222,74
Ativos fixos tangíveis em curso	549 838,29	0,00			1 213 961,06	0,00	0,00	1 213 961,06
	99 748 514,11	9 923 698,50	0,00	13 346 732,52	100 673 826,19	10 624 594,73	0,00	90 049 231,46
TOTAL	127 262 083,08	21 347 851,54	0,00	29 436 148,45	131 667 663,08	23 120 197,53	0,00	108 547 465,55

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	4 405 503,63	21 078,13							4 426 581,76
Edifícios e outras construções	919 558,36	0,00	19 901,62				79 958,71		859 501,27
Infraestruturas	8 407 537,51	155 774,58	2 405 091,54				991 491,05		9 976 912,58
Património histórico, artístico e cultural	0,00	18 550,00							18 550,00
Outros	0,00								0,00
Bens de domínio público em curso	2 356 816,43	3 332 689,59	-2 472 817,54						3 216 688,48
	16 089 415,93	3 528 092,30	-47 824,38	0,00	0,00	0,00	1 071 449,76	0,00	18 498 234,09
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	75 928 244,80	578 567,95						1 181 904,52	75 324 908,23
Edifícios e outras construções	12 404 974,74	6 516,40	575 745,35				470 644,56		12 516 591,93
Equipamento básico	467 414,41	81 971,11					107 232,09		442 153,43
Equipamento de transporte	292 321,38	208 971,29					38 821,04	91 614,50	370 857,13
Equipamento administrativo	141 862,74	72 819,62					73 702,79	7 442,63	133 536,94
Equipamentos biológicos	0,00	0,00							0,00
Outros	40 159,25	17 559,24					10 495,75		47 222,74
Ativos fixos tangíveis em curso	549 838,29	1 192 043,74	-527 920,97						1 213 961,06
	89 824 815,61	2 158 449,35	47 824,38	0,00	0,00	0,00	700 896,23	1 280 961,65	90 049 231,46
TOTAL	105 914 231,54	5 686 541,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1 772 345,99	1 280 961,65	108 547 465,55



As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Dos testes efetuados às depreciações e amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas previstas no CC2.

O Município não cumpre, na íntegra com o Classificador Complementar 2, dos bens do ativo pelo que não nos é possível quantificar os efeitos de eventuais incorreções sobre as demonstrações financeiras, nomeadamente sobre o ativo fixo e os fundos próprios, nem nos é possível assegurar se todos os bens registados contabilisticamente existem. Na nota 5.4 do Anexo, existem bens móveis incluídos no inventário mas valorizados a custo zero.

Efetuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetada qualquer diferença.

De referir que as aquisições de imobilizado efetuado no exercício de 2021 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de 114 imóveis que integram o Ativo Fixo Tangíveis. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.



Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorização	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais	1 392 000,00								1 392 000,00
Edifícios e Outras Construções									
Outras PI									
PI em Curso									
TOTAL	1 392 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 392 000,00

Instrumentos financeiros

O detalhe da rubrica Participações Financeiras e Outros Ativos Financeiros é o seguinte

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2021 estão mensuradas pelo seu custo (MC) e pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Simria - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A)	80 330,00	0,20%	Método Custo
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A	23 905,00	0,59%	Método Custo
ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara , E.I.M., S.A	2 902 550,08	33,33%	Método de Equivalência Patrimonial
Associação Incubadora Beira Atlantico Parque	1 369 371,74	89,29%	Método de Equivalência Patrimonial
Investimentos noutras entidades			
Participações de capital			
FAM - Fundo de Apoio Municipal	319 257,00		
FAM - Fundo de Apoio Municipal			
Total	4 695 413,82		

O município contabiliza as participações de capital igual ou superior a 20% segundo o método de equivalência patrimonial e ao método do custo as participações inferiores a 20%.

Tendo por base as demonstrações financeiras que nos foram facultadas da AIBAP e ABMG, verificámos uma valorização nas duas entidades, conforme quadro seguinte:



[Handwritten signatures and initials]

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado	Participação Actualizada	Variação
Investimentos financeiros					
Partes de capital					
Empresas privadas ou cooperativas					
Associação Incubadora Beira Atlântico Parque	1 335 714,63 €	89,29%	MEP	1 369 371,74 €	33 657,11 €
ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A	2 091 776,28 €	33,33%	MEP	2 902 550,08 €	810 773,80 €
	3 427 490,91 €			4 271 921,82 €	

MEP - Método de Equivalência Patrimonial

Inventário

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Mercadorias	0,00
Matérias-primas	0,00
Peças e outros materiais de manutenção	0,00
Outros materiais diversos de consumo	14 505,88
Reclassificação e regularização de inventários e ativos	0,00
Total	14 505,88

O saldo de balanço respeita a outros materiais diversos de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2021.

O Município não tem implementado o sistema de inventário permanente para controlo das existências, contabilizando parte das aquisições das existências como gasto do exercício independentemente do seu consumo. Este incorreto procedimento, aliado ao facto de não ter sido efetuada uma adequada contagem às existências, constitui uma limitação ao nosso trabalho, pelo que não nos podemos pronunciar sobre a valorização da rubrica de existências e sobre o CMVMC. No final do ano de 2019, verificou-se que o Município intentou procedimentos para que no ano de 2020, o sistema de inventário permanente fosse implementado, no entanto este ainda não se encontra a funcionar em pleno.

Recomendamos que a política utilizada em armazém seja revista e que a gestão do stock seja feita com aplicação informática de armazéns.



Clientes, contribuintes e utentes

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes, contribuintes e utentes	31/12/2021
Cientes c/c	108 870,02
Contribuintes c/c	0,00
Utentes c/c	38 632,35
Cientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	178 754,15
Perdas por imparidade acumuladas	-178 754,15
Total	147 502,37

O facto de não ter sido efetuada circularização à rubrica de clientes, uma vez que não nos é possível identificar os titulares, constitui uma limitação ao âmbito e à profundidade do nosso trabalho, pelo que não nos é possível expressar uma opinião sobre a referida rubrica.

Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31/12/2021
Retenção de Imp. s/Rend	-275,68
Imposto s/ Valor Acrescentado	106 764,75
Contribuições para sistemas de proteção social e subsidios	-80 802,43
Total	25 686,64

O saldo evidenciado na rubrica de "Retenção s/ Rendimento", diz respeito às contribuições de dezembro, que liquidadas em janeiro de 2022.

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 106.764,75 euros, referentes ao mês de dezembro.

O saldo da rubrica "Contribuições para a S.S. e C.G.A evidencia o valor em dívida referente às contribuições do mês de dezembro, que foram liquidadas em janeiro de 2022.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, os descontos para a segurança social e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações. No entanto o Município não entregou a IES de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

Outras contas a receber e a pagar

À data de 31 de dezembro de 2021, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Fornecedores de investimentos	-733 305,31
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	1 361 665,02
Cauções	-715 607,22
Outros devedores e credores	203 096,20
Total	115 848,69

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de investimento à data de 31 de dezembro de 2021. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Outras contas a receber e a pagar	31/12/2021
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	
Impostos e taxas imputados ao período	2 304 451,77
Devedores por acréscimos de rendimentos	203 530,45
Credores por acréscimos de gastos	-1 146 317,20
	1 361 665,02

Na rubrica de impostos e taxas imputados ao período, salientamos a estimativa do IMI de 1.630.771 euros, o valor de 474.874 euros relativo à participação do IRS. Estes montantes referem-se a valores do ano de 2021, que só irão ser recebidos em 2022 e de 61.895 euros da participação dos municípios na receita de IVA referente a 2021 a receber em 2023, cumprindo-se assim o princípio da especialização do exercício. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

Do valor evidenciado na rubrica de credores por acréscimo de gastos, salientamos o montante de 213.375,90 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e respetivos, vencidos em 2021 e a liquidar em 2022. Da estimativa calculada consideramos que a mesma é adequada.

Foram igualmente contabilizados como acréscimo de custos os juros dos empréstimos referentes a 2021 que só irão ser pagos em 2022. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.



Meios financeiros líquidos

À data de 31 de dezembro de 2021 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31/12/2021
<i>Caixa</i>	2 385,58
<i>Depósitos à ordem</i>	
Caixa Geral de Depósitos	290 401,13
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	50 495,59
Banco BPI	119 723,75
	<hr/>
	460 620,47
<i>Outros depósitos</i>	
Depósitos consignados	148 235,29
Depósitos de garantias e cauções	639 301,76
	<hr/>
	787 537,05
Total	<hr/> 1 250 543,10

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo. O Município cumpre com o disposto no artigo 54º da norma de controlo interno (NCI) onde refere que o numerário existente em caixa não deve ultrapassar os 2.000,00 euros.

As reconciliações bancárias são feitas mensalmente, cumprindo o disposto do art. 58º da NCI.

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2021, não tendo sido obtida resposta.

Diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Diferimentos	31/12/2021
Gastos a reconhecer	20 524,70
Rendimentos a reconhecer	-5 316 031,26
Total	<hr/> -5 295 506,56

Relativamente aos diferimentos salientamos o valor de 5.295.506,56 euros, que se refere a transferências e subsídios de capital obtidos com condições.

Património/Capital

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Final	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	90 083 413,49			90 083 413,49
55 Reservas	0,00			0,00
551 Reservas Legais	11 753 546,43			11 753 546,43
552 Outras Reservas	0,00			0,00
56 Resultados Transitados	0,00			0,00
561 De períodos anteriores	1 778 563,47	404 503,13	1 122 019,49	1 061 047,11
562 Regularizações	0,00			0,00
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 552 656,33			-1 552 656,33
57 Ajustamentos em ativos financeiros	0,00			0,00
5713 Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	952 293,71	919 185,60	43 498,07	1 827 981,24
59 Outras variações no património líquido	0,00			0,00
591 Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00			0,00
593 Transferências e subsídios de capital	0,00			0,00
5931 Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	7 050 539,21	90 465,40	511 132,94	6 629 871,67
5932 Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	0,00			0,00
5939 Outras transferências e subsídios de capital	834 115,00	4 026 820,00	3 178 482,97	1 682 452,03
594 Doações obtidas	0,00			0,00
597 Transferências de ativos	0,00			0,00
599 Outras variações do património líquido	0,00			0,00
88 Resultado Líquido do Exercício	-662 852,84	-18 178,31	-662 852,84	-18 178,31
T O T A L	110 236 962,14	5 422 795,82	4 192 280,63	111 467 477,33

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício negativo de 2020 no valor de 662.852,84 euros, para resultados transitados.
- O resultado líquido do exercício de 2021 é negativo em 18.178,31 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2021 a conta de património evidencia um saldo de 90.083.413,49 euros, o que corresponde a cerca de 73,70% do ativo.



Financiamentos obtidos

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2021.

O Município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	31/12/2021
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>	
AD&C - Empr M/L Prazo - Exig C/p - Excecionados	
BEI-Centro-07-2316-FEDER-000183 - Exig M/L P Estrutura Abandonada	69 655,48
BEI-Centro-02-0853-FEDER-000124 - Exig M/L P - Amplicação ZI Polo I	142 043,59
BEI-Centro-06-1406-FEDER-000058 - Requal. Estacionam. Lago do Mar	40 953,29
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>	
AD&C - Empr M/L Prazo - Exig C/p - Excecionados	
BEI-Centro-07-2316-FEDER-00018 - Exig C/p - Estrutura Abandonada	5 804,62
Total	258 456,98

Financiamentos obtidos	31/12/2020
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>	
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos, SA	0,00
Banco BPI, SA	1 654 054,05
AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	
Total	1 654 054,05

Financiamentos obtidos	31/12/2020
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>	
Empréstimos bancários	
Caixa Geral de Depósitos, SA	0,00
Banco BPI, SA	118 629,66
Total	118 629,66

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Fornecedores	31/12/2021
Fornecedores c/c	703 926,45
Fornecedores-Facturas em recepção e conferência	7 477,74
Total	711 404,19

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2021. Em relação aos fornecedores que não responderam efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.



Provisões

A diminuição registada face ao valor apurado no final de 2020 (311.307,02€) resulta de se ter concluído o pagamento do acordo judicial alcançado com a empresa Construções Júlio Lopes.

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao Município obtivemos resposta da sociedade Veiga e Moura & Associados, Sociedade de Advogados. Não obtivemos resposta da advogada Carla Cristina Marques Rumor.



Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de Ativo não corrente representam 93,80% do ativo do Município. Destas, a rubrica dos ativos fixos tangíveis, apresenta o maior peso (88,80%);
- Face ao período homólogo o ativo registou um acréscimo de 3,07%;
- O património líquido registou um aumento de 1,90% face ao exercício anterior, o que representa um aumento de 2.090 milhares de euros.
- O passivo registou um aumento de 17,75%, cerca de 1.570 milhares de euros.
- As principais rubricas de custos são os fornecimentos e serviços externos (29,31%), os gastos com o pessoal (38,34%) e as depreciações do exercício (17%). Face ao verificado no período homólogo os fornecimentos e serviços externos diminuíram 17,13%, as depreciações do exercício aumentaram 7,57% e os gastos com o pessoal aumentaram 5,84%;
- Face ao ano anterior o resultado líquido sofreu um aumento de 97,26%, ou seja de 645 milhares de euros, cifrando-se nos 18 milhares de euros negativos.

IV. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2021		2020		Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Corrente	7 583 529,41	93,11%	7 868 477,20	118,30%	-21,29%
		Passivo Corrente	8 144 582,96		6 651 282,09		
	Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - inventários	7 569 023,53	92,93%	7 853 971,32	118,08%	-21,30%
		Passivo Corrente	8 144 582,96		6 651 282,09		
	Liquidez imediata	Caixa e Depósitos	1 250 543,10	15,35%	882 116,30	13,26%	15,77%
		Passivo Corrente	8 144 582,96		6 651 282,09		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	114 089 811,49	99,51%	112 434 603,09	101,09%	-1,57%
		Imobilizado líquido	114 650 865,04		111 217 407,98		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p (*)	2 828 551,70	2,47%	2 019 210,08	1,82%	35,89%
		Imobilizado líquido	114 650 865,04		111 217 407,98		
Endividamento	Endividamento	Passivo	10 766 917,12	8,81%	8 848 923,04	7,43%	18,54%
		Ativo Líquido	122 234 394,45		119 085 885,18		
	Estrutura de endividamento I	Dividas de MLP	2 622 334,16	24,36%	2 197 640,95	24,84%	-1,93%
		Passivo	10 766 917,12		8 848 923,04		
	Estrutura de endividamento II	Divida financeira de MLP	1 906 706,41	17,71%	1 347 439,25	15,23%	16,30%
		Passivo	10 766 917,12		8 848 923,04		
	Estrutura de endividamento III	Dividas de CP	8 144 582,96	75,64%	6 651 282,09	75,16%	0,64%
		Passivo	10 766 917,12		8 848 923,04		



V. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2021 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	2021		2020	EXECUÇÃO DE RECEITA	2021		2020
	Valor	%	%		Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	10 249 771	85,88%	85,53%	RECEITA CORRENTE	11 542 342	88,56%	93,77%
DESPESAS CAPITAL	6 483 202	79,97%	79,21%	RECEITA CAPITAL	4 872 230	81,12%	61,69%
TOTAL	16 732 973	83,59%	84,11%	OUTRAS RECEITAS	318 401	99,99%	100,00%
				TOTAL	16 732 973	86,61%	86,13%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Mira com referência a 31 de dezembro de 2021, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (86,61%) é superior à execução da despesa total (83,59%). Face ao ano anterior as receitas, com exceção das receitas de capital, registaram um agravamento. No entanto, nenhuma receita ficou acima do montante orçamentado.

Em relação às despesas a taxa de execução diminuiu face ao ano anterior, encontrando-se todas as despesas abaixo do orçamentado.

Com efeito, chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. No ano de 2020 a taxa de execução da receita foi de 86,13%.

5.1. Controlo orçamental da receita

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de -2.240.574,41, -13,39%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	31 de dezembro de 2021				
	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA LIQUIDA	GRAU DE EXEC.		PESO %
			2021	2020	
01 Impostos diretos	2 719 159	2 717 688	99,95%	102,72%	18,75%
02 Impostos indiretos	12	0	0,00%	0,00%	0,00%
04 Taxas, multas e outras penalidades	402 732	337 778	83,87%	86,46%	2,33%
05 Rendimentos da propriedade	18 307	17 037	93,06%	53,63%	0,12%
06 Transferências correntes	5 982 775	5 685 279	95,03%	100,15%	39,23%
07 Venda de bens e serviços correntes	2 362 976	1 453 845	61,53%	62,74%	10,03%
08 Outras receitas correntes	56 381	9 903	17,56%	1065,16%	0,07%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	11 542 341,90	10 221 528,77	88,56%	93,77%	70,53%
09 Venda de bens de investimento	1 030 581	480 785	46,65%	0,00%	3,32%
10 Transferências de capital	2 897 277	2 784 472	96,11%	60,28%	19,21%
11 Ativos financeiros	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
12 Passivos financeiros	944 373	687 248	72,77%	77,66%	4,74%
13 Outras receitas de capital	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	4 872 230	3 952 504	81,12%	61,69%	27,27%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	4 660	4 624	99,23%	0,00%	0,03%
16 Saldo da gerência anterior	313 741	313 741	100,00%	100,00%	2,16%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	318 401	318 365	99,99%	100,00%	2,20%
TOTAL DA RECEITA	16 732 973	14 492 398	86,6100%	86,13%	100,00%

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são essencialmente as transferências correntes (representam 39,23% do total das receitas), os impostos diretos (que representam 18,75% do total de receitas), as vendas de bens e serviços correntes (que representam 10,03% do total de receitas), e as transferências de capital (que representam 19,21% do total de receitas).

Podemos também verificar que nenhuma receita acima do montante orçamentado.

A taxa de execução das receitas correntes, em comparação com o período homólogo, teve uma variação negativa de 5,21 pontos percentuais, as receitas de capital registaram uma evolução positiva de 19,44 pontos percentuais. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 0,48 pontos percentuais.



5.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2021, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em -2.745633,11 euros (desvio de -16,41%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA		31 de dezembro de 2021				
		DOTAÇÃO CORRIGIDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXEC.		PESO DE N %
				2021	2020	
01	Despesas com o pessoal	4 362 654	4 286 355	98,25%	96,52%	26,07%
02	Aquisição de bens e serviços	4 705 054	3 398 523	72,23%	77,24%	28,12%
03	Juros e outros encargos	118 816	105 827	89,07%	34,62%	0,71%
04	Transferências correntes	1 046 966	1 000 149	95,53%	92,78%	6,26%
05	Subsídios	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
06	Outras despesas correntes	16 280	11 626	71,42%	70,03%	0,10%
TOTAL DESPESAS CORRENTES		10 249 770	8 802 480	85,88%	85,53%	61,25%
07	Aquisição de bens de capital	6 226 209	4 936 016	79,28%	77,88%	37,21%
08	Transferências de capital	133 868	125 727	93,92%	88,79%	0,80%
09	Ativos financeiros	1	0	0,00%	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	119 494	119 490	100,00%	100,00%	0,71%
11	Outras despesas de capital	3 630	3 626	99,90%	31,57%	0,02%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		6 483 202	5 184 860	79,97%	79,21%	38,75%
TOTAL DA DESPESA		16 732 973	13 987 340	83,59%	84,11%	100,00%

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as aquisições de bens e serviços (representam 28,12% do total das despesas), as despesas com o pessoal (representam 26,07% do total das despesas), e as aquisições de bens de capital (representam 37,21% do total das despesas).

Podemos verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado.

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 85,88% e de 79,97% respetivamente, o que face ao período homólogo representa um agravamento de 0,35 pontos percentuais em relação às primeiras e de 0,76 pontos percentuais em relação às segundas. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma melhoria de 0,52 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de 1.419.049 euros.



5.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2021		2020		Varição	Observações
Receita líquida total	14 492 398,46	103,61%	13 415 922,33	105,70%	-1,97%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	13 987 339,76		13 102 181,30			
Receita corrente	10 221 528,77	70,53%	10 248 713,27	73,30%	-3,78%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	14 492 398,46		13 415 922,33			
Receita corrente	10 221 528,77	116,12%	10 248 713,27	103,00%	12,74%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	8 802 480,08		10 339 267,66			
Impostos diretos	2 717 687,90	26,59%	2 325 355,03	24,17%	9,99%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	10 221 528,77		10 248 713,27			
Receita de capital	3 952 504,49	27,27%	2 383 043,68	25,70%	6,11%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	14 492 398,46		13 415 922,33			
Receita de capital	3 952 504,49	76,23%	2 383 043,68	109,64%	-30,47%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	5 184 859,68		2 762 913,64			
Despesa corrente	8 802 480,08	62,93%	10 339 267,66	75,22%	-16,34%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	13 987 339,76		13 102 181,30			
Despesa de capital	5 184 859,68	37,07%	2 762 913,64	24,78%	49,59%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	13 987 339,76		13 102 181,30			
Despesas rígidas	4 511 672,27	32,26%	4 257 035,74	33,48%	-3,67%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	13 987 339,76		13 102 181,30			
Despesas rígidas	4 511 672,27	31,13%	4 257 035,74	31,68%	-1,73%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	14 492 398,46		13 415 922,33			
Aquisição de bens de capital	4 936 016,43	35,29%	2 441 353,34	22,80%	54,77%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	13 987 339,76		13 102 181,30			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. No entanto, salientamos que as receitas correntes líquidas são suficientes para fazer face às despesas correntes pagas, como testa o rácio de 103,61%.



5.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2021	2020	Variação	Observações
Poupança corrente	1 419 048,69	-90 554,39	1 509 603,08 -1667,07%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	13,39%	13,87%	-3,48%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-2 240 574,41	-2 161 023,96	-79 550,45	
Equilíbrio orçamental corrente	116,12%	99,12%	17,15%	
Equilíbrio orçamental em sentido formal	103,61%	102,39%	1,19%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indica que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	70,22%	87,08%	-19,36%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente (calculada com base na receita cobrada líquida) apresenta-se positiva, sofrendo um aumento de 1.510 milhares de euros face à verificada no ano anterior.

Em 2021 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 2.241 milhares de euros, enquanto que em 2020, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de 2.161 milhares de euros. Ou seja, há um agravamento de cerca de 80 milhares de euros, face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal, mas não em sentido substancial. No entanto, salientamos um agravamento substancial que se verifica em relação ao exercício anterior.



VI. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

O Município terminou o exercício de 2021 sem pagamentos em atraso.

O cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, o Município apresenta no final de 2021 um PMP de 73 dias, o que está dentro do limite estipulado por lei (90dias).

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município não está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 111.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2021), mas mantém tal reporte mensal à DGAL.

Ainda assim se informa que de acordo com o n.º 7 do referido artigo, a aferição da exclusão a que se refere o parágrafo anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2020 face a setembro 2019, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 111.º do OE2021, isto é, obrigação de reporte dos fundos disponíveis.

Tudo sem prejuízo de que foi suspensa a aplicação quer do n.º 8 da Lei n.º 8/2012 de 21/2 e do n.º 2 do artigo 111.º do Orçamento de Estado 2021 (artigo 5.º da Lei n.º 6/2020 de 10/4, alterada pela Lei n.º 12/2020, de 07 de maio).

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município	Recuperação Financeira	Situação do Município	Legislação
1	≥ 1 e ≤ 1,5	FACULTATIVO	-	-	-	art. 58.º, n.º22
2	> 0,75 (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58.º, n.º1, b)
3	> 1,5 e < 2,25	OBRIGATÓRIO	NÃO	-	-	art. 58.º, n.º1, a) e n.º3
4	≥ 2,25 e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	NÃO	FACULTATIVO	NÃO	art. 58.º, n.º 3
5	> 3	-	-	OBRIGATÓRIO	NÃO	art. 61.º, n.º2

A 31 de dezembro de 2021 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57.º da mesma Lei.



Limite à dívida total

Receita corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2018	9 577 449
2019	10 106 295
2020	10 248 713
Total	29 932 457
<hr/>	
Média	9 977 486
<hr/>	
Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	14 966 229
<hr/>	
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	4 434 737
Margem absoluta	10 531 492
Margem utilizável (20%)	2 106 298

O limite da dívida é de 14.966.229 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 4.434.737 euros.

	31/12/2021
(1) Dívida total	4 046 112
(2) FAM	0
(3) Dívida COVID - 19	0
(4) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	1 134 110
(5) Dívidas não orçamentais	745 484
(1)-(2)-(3)-(4)-(5) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	4 434 737
Margem absoluta	10 531 492
Margem Disponível	2 106 298
Redução do montante em excesso	-
Aumento do endividamento	685 836
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exercício?	SIM
Dívida Total vs Média da Receita Líquida cobrada últ. 3 anos.	0,44

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2020 a dívida total aumentou para 686 milhares de euros, sendo a margem do Município de 2.106 milhares de euros.



Segundo informações obtidas junta da DGAL é entendimento da Direção-Geral que o valor da dívida da ANMP não releva para efeitos de limite da dívida total, previsto no nº1 do art. 52º da Lei 72/2013 de 3 de setembro.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Mira não cumpre o disposto no referido artigo.

2021	Montante
(1) Valor das receitas correntes brutas	10 277 922,95
(2) Despesa corrente	8 802 480,08
(3) Amortizações médias dos empréstimos	220 790,77
TOTAL (1) - (2) - (3)	1 254 652,10
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	SIM

Cumpramos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 20 de abril de 2022

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:

José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571



ANEXO I

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	105 914 232	108 547 466	1 916 755	1,81%
Propriedades de investimento	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Ativos intangíveis	60 194	15 986	(35 890)	-59,62%
Participações Financeiras	3 850 983	4 695 414	0	0,00%
Sub Total	111 217 408	114 650 865	1 860 865	1,69%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	14 506	14 506	0	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	4 384 681	3 301 224	2 251 172	51,34%
Clientes, contribuintes e utentes	141 529	147 502	6 740	4,76%
Estado e outros entes públicos	116 739	106 765	10 665	9,14%
Outras contas a receber	2 310 900	2 742 465	(1 356 348)	-58,69%
Diferimentos	18 006	20 525	0	0,00%
Caixa e depósitos	882 116	1 250 543	867 962	98,40%
Sub Total	7 868 477	7 583 529	1 780 191	22,62%
TOTAL DO ATIVO	119 085 885	122 234 394	3 661 056	3,07%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Jun.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	90 083 413	90 083 413	0	0,00%
Reservas	11 753 546	11 753 546	0	0,00%
Resultados transitados	225 907	-491 609	(647 857)	-286,78%
Ajustamentos em ativos financeiros	952 294	1 827 981	0	0,00%
Excedentes de revalorização			0	#DIV/0!
Outras variações no património líquido	7 884 654	8 312 324	1 023 296	12,98%
Resultado líquido do período	-662 853	-18 178,31	1 715 165	-258,76%
Dividendos antecipados			0	#DIV/0!
Interesses que não controlam			0	#DIV/0!
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	110 236 962	111 467 477	2 090 604	1,90%
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	311 307	0	0	0,00%
Financiamentos obtidos	1 347 439	1 906 706	545 205	40,46%
Outras contas a pagar	538 895	715 628	57 774	10,72%
Sub Total	2 197 641	2 622 334	799 075	36,36%
PASSIVO CORRENTE				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	647	647	13 181	2038,43%
Fornecedores	802 317	711 404	(245 227)	-30,56%
Estado e outros entes públicos	100 077	81 078	65 738	65,69%
Financiamentos obtidos	115 944	124 434	81 868	70,61%
Fornecedores de investimentos	308 388	733 305	846 998	274,65%
Outras contas a pagar	691 838	1 177 683	(332 621)	-48,08%
Diferimentos	4 632 072	5 316 031	341 440	7,37%
Sub Total	6 651 282	8 144 583	771 377	11,60%
TOTAL DO PASSIVO	8 848 923	10 766 917	1 570 452	17,75%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	119 085 885	122 234 394	3 661 056	3,07%

ANEXO II

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Dez.21/Dez.20)	
	31/12/2020	31/12/2021	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	2 562 928	3 071 408	508 481	19,84%
Vendas	637 059	351 139	-285 920	-44,88%
Prestações de serviços e concessões	1 073 231	1 031 392	-41 840	-3,90%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 369 145	5 664 696	295 551	5,50%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-190 948		190 948	-100,00%
Fornecimentos e serviços externos	-3 921 178	-3 249 659	671 518	-17,13%
Gastos com pessoal	-4 016 038	-4 250 597	-234 558	5,84%
Transferências e subsídios concedidos	-1 436 416	-1 413 336	23 080	-1,61%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-18 115	-356	17 759	-98,03%
Provisões (aumentos/reduções)	92 000	311 307	219 307	238,38%
Outros rendimentos e ganhos	1 146 082	639 788	-506 294	-44,18%
Outros gastos e perdas	-193 059	-184 631	8 429	-4,37%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 104 690	1 971 151	866 461	78,43%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 751 988	-1 884 573	(132 585)	7,57%
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	-647 297	86 578	733 875	-113,38%
Juros e gastos similares suportados	-15 556	-104 756	-89 201	573,43%
Resultado antes de imposto	-662 853	-18 178	644 675	-97,26%
Imposto sobre o rendimento			0	#DIV/0!
Resultado líquido do período	-662 853	-18 178	644 675	-97,26%

